



CASTELLO BRANCO- IDÉIAS E PERSONALIDADE

Ferdinando de Carvalho

1. Castello Branco

A vida do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco superou as fronteiras do Exército que ele ilustrou e honrou de forma memorável, sobretudo por sua atuação na Força Expedicionária Brasileira e na Escola de Comando e Estado-Maior.

Mas, o seu nome hoje pertence à História de nossa Pátria e se projeta internacionalmente, através de depoimentos de vários biógrafos nacionais e estrangeiros, porque exerceu a Suprema Magistratura do País em um dos seus períodos mais críticos.

O Brasil, naquela conjuntura explosiva que precedeu à Revolução de 31 de março de 1964, abeirava-se da calamidade social e econômica. A crise de autoridade submergia as chefias autênticas, fazendo

ascender falsas lideranças, notabilizando demagogos e exploradores da credulidade popular. O descrédito e a insegurança dominavam os ambientes. O povo estava atônito e desorientado. O País marchava inapelavelmente para uma ditadura do tipo bolchevista.

A Revolução de 1964, impulsionada por forças espontâneas e responsáveis, conduziu Castello Branco à investidura presidencial. Poucos eram os que, como ele, por sua cultura e tradição, possuíam o prestígio e a capacidade para assumir esse posto em tais circunstâncias.

Castello Branco cumpriu o seu mandato com sabedoria e descortino, consciente dos objetivos revolucionários e das tendências nacionais, sempre demonstrando patriótica desambição. Soube conduzir a um porto sereno a nau

que dantes ameaçava soçobrar. Fez-se respeitar e admirar por toda a Nação. E esta alcançou um clima de normalidade institucional que lhe garantiu uma fase de progresso cultural e econômico sem par em todo o seu passado histórico.

Não desejamos, entretanto, discorrer sobre a imorredoura obra de Castello Branco como Presidente da República, nem exaltar-lhe suas reconhecidas qualidades como político e estadista, tema sobre o qual existem notórias obras, para atestar-lhe os méritos e a glória que o Brasil hoje lhe reconhece. Nem tencionamos traçar-lhe aqui uma integral biografia, acompanhando-lhe a trajetória profissional, desde os bancos do Colégio Militar de Porto Alegre até a Chefia do Estado-Maior do Exército, focalizando o seu invulgar desempenho na Força Expedicionária Brasileira no Teatro de Operações da Itália.

Pensamos que nesta hora, nesta Casa e nesta homenagem, melhormente cabe lembrar o trabalho que aqui mesmo Castello Branco realizou e que pessoalmente testemunhamos nas tarefas diárias, intensas e absorventes, nas lides profissionais procurando o maior desenvolvimento e eficiência na formação dos oficiais de estado-maior, cujo elevado padrão faz o renome e o prestígio desta Escola como um dos melhores institutos de ensino militar hoje conhecidos.

Apreciaria recordar a figura inesquecível do Coronel e do General-de-Brigada Castello Branco, aquele mesmo que conheci nestas salas, há muitos anos; a imagem do

militar austero e competente, do instrutor brilhante que nos proporcionou grandes ensinamentos, do chefe interessado que admirávamos como um soldado de legítima estirpe, um verdadeiro exemplo.

Pretendo discorrer sobre a sua atuação como Diretor de Ensino e depois, como Comandante desta Escola, evidenciar caracteres peculiares de sua personalidade que podem servir de modelo e estímulo para os oficiais do Exército, mostrar a influência decisiva que exerceu na evolução doutrinária e pedagógica experimentada pela ECEME, segundo suas diretivas, transformações importantes na mentalidade profissional, decorrentes da influenciação do caráter de um chefe convicto e dominante, aureolado por uma bagagem cultural e por uma experiência indiscutíveis, trazendo inclusive um apoio integral dos escalões superiores.

Na verdade, aparentando um seguidor inflexível dos regulamentos, Castello Branco foi sempre um inovador, um criador, movido por idéias pessoais muito bem elaboradas e meditadas. Era, no fundo, um verdadeiro revolucionário intelectual.

Sentir-me-ia gratificado se conseguisse retratar, com relativa nitidez, a impressão que nos deixou, a nós, oficiais-alunos e instrutores desta Escola, naqueles tempos, o Coronel e o General Castello Branco, figura que simbolizou a mentalidade da própria Escola de Comando e Estado-Maior, na época.

Era um homem extremamente preocupado com suas responsabilidades, altamente sensível diante dos múltiplos problemas que surgiam em sua esfera. Afável e compreensivo, sem permitir intimidades, no trato informal, gostava, por vezes, de estimular reações com uma ou outra estocada de inteligente ironia. No trabalho profissional, porém, revestia-se de uma severa formalidade, engendrando uma atmosfera que fazia ressaltar a sua autoridade. Expunha seu pensamento com clareza e decidida argumentação. Aceitava a discussão e provocava ponderações. Mas, era muito difícil movê-lo de seus pontos de vista. "Teimoso é quem teima comigo", costumava dizer.

Desenvolvia impressionante atividade. Sua capacidade de trabalho suplantava as expectativas. Sua presença era constante nas aulas e outras tarefas escolares.

Franco e sincero, não se preocupava em agradar. Valorizava suas funções por sua dedicação, tino e resultados alcançados.

Muitos dos oficiais que aqui se encontravam naquela época, como alunos e instrutores, já haviam servido com Castello Branco na Escola Militar, em unidades e estados-maiores e na FEB. Eles propagavam-lhe a nomeada, assegurando ao chefe uma reputação que contribuía para ressaltar a sua personalidade incisiva e, às vezes mesmo, autoritária.

Um companheiro definiu-me em uma única palavra o feito pessoal de Castello Branco, expressão sintética tão adequada que jamais

esqueci. "O Castello é um homem forte", disse ele. Um homem "forte". Realmente a força transparecia como o traço marcante de sua personalidade e transbordava-se tão evidente que nos dava a impressão de que uma armadura moral e intelectual a revestia permanentemente. É claro que tal atributo teria que originar alguns choques com outras personalidades igualmente fortes, nos entevos de opinião que as lides escolares podem suscitar. Mas, geralmente, Castello Branco convencia pela autenticidade de seu pensamento e pela seriedade que ele emprestava ao desempenho de sua missão.

Este era o caráter do homem. Encaramos o seu trabalho na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

2. O Diretor de Ensino

Quando o Coronel Castello Branco assumiu as funções de Diretor de Ensino da Escola de Estado-Maior, em 1946, o Exército ainda vivia as tradições da Missão Militar Francesa, cujas realizações no aperfeiçoamento profissional de nossos oficiais foi deveras notável, mas que já se achavam ultrapassadas e não mais atendiam às imposições da guerra moderna onde surgiram grandes inovações técnicas e táticas. Embora fosse elevado o padrão da instrução, havia, na formação dos oficiais de estado-maior, um excesso de academismo, incentivado pela grande descentralização do ensino no âmbito desta Escola.

A hipótese de uma guerra continental era ainda dominante. Os

regulamentos franceses eram os modelos adotados e o livro de Tática do Coronel Curnier era considerado como o melhor repositório de doutrina tática. Os planos e ordens de operações eram elaborados com grande preocupação literária, mas reduzida eficácia executiva.

Os assuntos de Mobilização, Logística e Serviço de Estado-Maior tinham um desenvolvimento muito restrito. Em geral, esses conhecimentos eram adquiridos depois do Curso, nos estágios e no trabalho das Seções. Não se falava em guérra revolucionária. O emprego de mecanizados e blindados era estudado superfluamente, como auxílios complementares da infantaria e cavalaria.

O método pedagógico, então adotado, colocava uma respeitável distância entre os que ensinavam e os que aprendiam, ressaltando a infalibilidade do instrutor e a inexperiência do aluno. Em cada trabalho, o instrutor procurava evidenciar mais os atributos personalistas e singulares de comando, do que exercitar a prática de estado-maior.

Havia uma grande variedade na formulação dos documentos, conforme os cursos, as Armas e até as pessoas dos instrutores, demonstrando falhas na coordenação.

Esse currículo originava, ao fim de três anos do curso, um oficial de estado-maior altamente intelectualizado, mas com pouca prática funcional, o que concorria para que fosse considerado um teórico por seus companheiros da tropa.

Até 1945, a experiência da 2ª Guerra Mundial ainda não havia

transposto os umbrais da Escola, onde, inclusive, se encarava com certa prevenção a perspectiva de modificações que deveriam advir na bagagem que os oficiais da FEB traziam da Itália. Os homens têm intuitivamente maior relutância em abandonar as velhas idéias do que mesmo em se desfazer de antigos objetos de sua afeição.

O Coronel Castello Branco, precedido por sua fama como o Chefe de Operações da Divisão Expedicionária Brasileira, subiu as escadarias desta Escola e sentou-se em seu gabinete de Diretor de Ensino, sentindo-se talvez como um arquiteto que tem de demolir um antigo prédio para construir um novo edifício. Acompanhava-se de um grupo de oficiais, oriundos da FEB; alguns como instrutores e outros como alunos. Seu caráter pragmático e centralizador logo manifestou-se através de providências positivas.

O ambiente escolar alterou-se radicalmente. Programas foram reformulados. Notas escolares foram tornadas obsoletas. Uma agitação de novos conceitos dominou todos os lugares. Horários foram intensificados. O ritmo de trabalho foi intensificado. Assim iniciou-se o ano letivo de 1946.

A impressão que tínhamos, nós, os alunos, reforçada pelos próprios comentários dos novos instrutores, era a de ser bastante deficiente o preparo profissional que havíamos adquirido até então, e que agora é que se ia iniciar o verdadeiro Curso.

O Coronel Castello Branco veio pessoalmente advertir-nos da nova

orientação, através de palestras doutrinárias, declarando textualmente que seria muito intenso o treinamento de redação de documentos de estado-maior.

Mas, a tarefa que empreendeu, o Diretor de Ensino, de readaptação curricular não deve ter sido fácil. O entulho de idéias antiquadas formava verdadeiras montanhas, difíceis de remover. Vários instrutores deixaram a Escola, inconformados com as modificações impostas. Houve atritos funcionais. A inércia-intelectual é pior do que a inércia mecânica.

O Coronel Castello Branco fazia questão de rever pessoal e pormenorizadamente todos os temas e notas escolares, submetendo-os a uma inspeção rigorosa e inflexível. Avocou a si a responsabilidade de guardião da nova doutrina. Lia toda a documentação, eliminando a literatura supérflua, corrigindo os termos, filtrando as redações através do crivo minucioso da atualização. Desmoronavam-se, dest'arte, as idéias cinzeladas pela arte pessoal elegante, voluntariosa, mas destituída de realismo e exequibilidade.

A apresentação de um tema, ao Diretor de Ensino, era assim uma operação arriscada e difícil, sujeita a tropeços e correções que representavam idas e vindas ao gabinete em que pontificava o Coronel intransigente. Raros eram os trabalhos aprovados sem emendas. Alguns tiveram de ser refeitos totalmente. Discussões acaloradas eram travadas sobre as cartas na mesa e houve casos em que nem as cartas se salvaram. Eram verdadeiras ba-

talhas com muitas perdas e estropiados. Instrutores entravam, sobraçando temas laboriosamente trabalhados durante meses, e viam, de repente, esses escritos serem refutados sob a crítica severa e inteligente do Coronel.

Esse processo de revisão documental tinha, entretanto, uma desvantagem. Era o tempo e o ingente esforço que exigia do Diretor do Ensino. Castello Branco, no empenho de rever todos os trabalhos dos três anos do Curso, além de outras atividades curriculares, como o preparo de palestras e assistência de trabalhos em sala e no terreno, era extremamente solicitado. As revisões faziam-se, em geral, às vésperas da apresentação em sala, sobrando pouco tempo para a impressão dos documentos e rearticulação das aulas pelos instrutores, exigindo, muitas vezes, tarefas pela noite e madrugadas. Era uma contingência daquela fase de rearticulação do ensino.

Castello Branco fazia questão de comparecer a todas as sessões de encerramento dos exercícios, realizando, normalmente, uma crítica final onde, através de preciosos ensinamentos, dava ao Corpo de Alunos uma medida de sua capacidade e de seu interesse.

A Escola de Comando e Estado-Maior viveu uma fase tão agitada como gloriosa, foi um "período de renascimento", como a denominou o General Tristão de Alencar Araripe, que era o Comandante. A Escola representou o cadinho de uma grande mudança. Nela foram elaborados documentos doutrinários que se disseminaram por todo

o Exército, como o Regulamento de Operações e o Manual de Estado-Maior e Ordens.

O Coronel Castello Branco procurou sistematizar a doutrina, sempre preocupado com as adaptações necessárias ao caso brasileiro. Desenvolveu uma nova concepção do método de raciocínio, um esquema de coordenação dos trabalhos do comandante e do estado-maior que denominou Trabalho de Comando.

Encarando a função do Comandante, Castello Branco procurou mostrar a inconveniência de confiar-se exclusivamente na inspiração, como era próprio de antigos chefes que se julgavam divinamente dotados de um senso infalível. Castello Branco recomendava que não se devia confundir intuição com rapidez de raciocínio e de decisão. A Escola de Comando e Estado-Maior não se destinava a formar Napoleões. As decisões intuitivas são freqüentemente baseadas na ilusão ou no acaso. A rapidez de decisão de um comandante deve ser fruto do pensamento amadurecido de quem, com antecedência e profundidade, refletiu sobre todas as possibilidades e viabilidades.

O método de raciocínio não é um trilho que conduz infalivelmente à melhor solução, nem tampouco um trapézio para malabarismo intelectual que não conduz a nada. Fundamenta-se na experiência e orienta o pensamento em termos de equilíbrio. O oficial de estado-maior elabora idéias, cria hipóteses exequíveis, compara soluções, mede vantagens e desvantagens,

elimina inexequibilidades, oferece ao comandante não dúvidas, mas probabilidades, guardando sempre em mente que o inimigo é dono de sua vontade.

Foi um esforço notável o do Coronel Castello Branco, que conseguiu vencer todas as dificuldades e resistências que se interpuseram a seu objetivo.

Se nós, alunos e instrutores, sofremos, muitas vezes, com o temperamento centralista e agressivo do saudoso chefe, pudemos, mais tarde, avaliar maduramente a importância de sua ação e a extraordinária força de vontade com que se teve nesse meritório encargo.

Hoje, distanciados daqueles acontecimentos, reconhecemos a influência que exerceu o antigo Coronel Castello Branco nas novas gerações de oficiais de estado-maior e, conseqüentemente, em todo o Exército brasileiro, onde repercute profundamente a essência do trabalho que se realiza nestas salas. Pensamos mesmo que Castello Branco, como Diretor de Ensino desta Escola, foi o maior artífice da evolução doutrinária do Exército nessa fase, pois a semente que aqui lançou, germinou, cresceu e frutificou pela ação de seus discípulos e seguidores, egressos deste Curso e espalhados pelas Unidades e Grandes Unidades em todos os quadrantes do País.

3. O Comandante da ECEME

Depois de promovido a General-de-Brigada, Castello Branco exerceu o comando da ECEME em 1955 e início de 1956.

Ao assumir essa função, o General Castello pôde constatar que o trabalho que realizara como *Diretor de Ensino*, alguns anos antes, havia progredido, principalmente durante a gestão do então Coronel Orlando Geisel.

O desenvolvimento do Curso passara a ser coordenado pelos Diretores de Ano. Novos assuntos foram incluídos no currículo escolar, tais como Chefia e Liderança, Guerra Revolucionária, Guerra Psicológica e Armas Atômicas. Foi criado o Curso de Serviço de Estado-Maior, ministrando assuntos específicos de trabalho das Seções de Estado-Maior. O programa escolar tornou-se um documento pormenorizado e bastante objetivo. Uma nova didática estava sendo experimentada, com base na orientação do estudo em domicílio, mediante documentação previamente distribuída aos alunos. Os temas táticos, anteriormente demasiado longos, foram reduzidos em suas dimensões, em proveito de maior variedade de situações táticas e de maior número de assuntos, visando a proporcionar flexibilidade e desenvolvimento da personalidade dos alunos.

O General Castello Branco aprovou, de um modo geral, as novas disposições que constituíam um prolongamento de sua gestão na *Direção do Ensino*. Procurou, porém, como era de seu feitio, dar maior intensidade aos trabalhos, restabelecendo, inclusive, o expediente aos sábados, antes reservado para o estudo em domicílio.

Empenhou-se em nova remodelação do Trabalho de Comando

para o qual havia sido adotado o modelo norte-americano. Procurou torná-lo mais coerente com as condições brasileiras. Não se conformava com a tendência para uma tradução literal dos regulamentos norte-americanos. Rebelava-se contra essa orientação que surgira com a participação do Brasil na Guerra. Era de opinião que o temperamento brasileiro exigia adaptações apropriadas ao Exército "tupiniquim", como denominava o nosso Exército. Em várias palestras, narrando casos vividos, mostrava ele como as características do homem brasileiro, derivadas de sua formação histórica, criavam atitudes e ações diversas das estrangeiras, ora como vantagens que se deviam incentivar, ora como desvantagens que se deviam combater.

O esquema de desenvolvimento do Trabalho de Comando que preconizava, partia de uma Idéia Geral de Operação, conceito de responsabilidade integral e intransferível do Comandante.

O método de raciocínio e a seqüência dos estudos deviam basear-se na capacidade prática e no senso psicológico dos oficiais de estado-maior, através de Estudos de Situação, orientados pela Idéia Geral do Comandante. As soluções não podem ser absolutas, recomendava Castello Branco. Elas são formuladas e avaliadas para assegurar a decisão do Chefe, de acordo com o seu caráter, e devem comportar normalmente várias alternativas oferecidas à escolha do Comandante.

Em termos de estrutura da

ECEME, o General Castello propôs um novo regulamento, com várias alterações, incluindo a criação da Divisão de Estudos e Pesquisas e do Grupo de Assessores.

A Divisão de Estudos e Pesquisas assumiu o encargo de estudar a evolução doutrinária, aperfeiçoar as normas e documentos doutrinários e organizar a Biblioteca dos Instrutores.

O Grupo de Assessores, por sua vez, respondia à necessidade de sistematizar a revisão prévia da documentação de ensino. O General conhecia que não era mais possível adotar o processo de controlar pessoalmente toda a volumosa documentação de temas táticos e notas escolares. O currículo se ampliara e diversificara. Criou, pois, um grupo de oficiais assessores que constituía o seu estado-maior pessoal e realizaria, anonimamente, o controle da temática escolar, elaborando relatórios que o Comandante examinaria, dando as suas decisões e assegurando, por sua responsabilidade, a cobertura hierárquica necessária para prevenir suscetibilidades e casos pessoais.

O novo regulamento, aprovado pelos escalões superiores, entrou em imediata execução, criando inclusive o brasão heráldico da Escola, no qual foram adotados simbolicamente as cores azul e vermelho de Caxias e o triângulo de vértice voltado para cima, representando o espírito ofensivo.

A nova organização gerou, evidentemente, grande movimentação no interior da ECEME, para a rearticulação do dispositivo esco-

lar, com remanejamento de instrutores, designação de salas, elaboração de documentos e outras providências. Mais uma vez Castello Branco agitava o ambiente. Era de seu temperamento o gosto de movimentar, de vencer a inércia. Não se conformava com a rotina, com a estagnação.

Era um inimigo declarado dos mementos inflexíveis, das linhas de ação padronizadas, fazendo constante apelo à imaginação criadora. Embora centralizador, respeitava a iniciativa. Embora autoritário, respeitava as manifestações de personalidade, impondo-se mais pela competência do que pela hierarquia. Tinha um conceito pessoal da disciplina consciente em um Exército democrático. Lembra o pensamento de um antigo militar que conclamava à luta contra três coisas: a tolice humana, a burocracia e as fórmulas feitas. A tolice humana não se pode combater. A burocracia militar é também invencível. Empreendamos, pelo menos, na profissão das Armas a luta contra as fórmulas feitas. Mas, insistia ele, não procureis demolir as fórmulas feitas simplesmente com obra de imaginação. Procurai a visão concreta dos problemas, ao invés de sentenças abstratas. Apelai para o bom senso em lugar de concepções aéreas.

No exercício de suas atribuições de comandante, Castello Branco não gostava de delegar funções, a não ser as meramente rotineiras da administração absorvente. Fazia questão de considerar como seus todos os problemas que envolviam a Escola com os setores externos,

e os procurava enfrentar com dedicação e zelo. Desenvolvia uma liderança espontânea e decidida.

Tinha uma concepção elevada de suas responsabilidades de Comandante do mais alto instituto de ensino do Exército e procurava incutir nos instrutores e alunos a mística do prestígio da ECEME.

Infelizmente, a sua gestão tão produtiva foi interrompida prematuramente e a sua obra de comando não pôde ser completada. Os acontecimentos políticos que culminaram com o golpe de 11 de novembro e agitaram os meios militares, dividindo as opiniões dentro do Exército, acabaram por repercutir na Escola, criando situações difíceis. Castello Branco procurou manter a ECEME fora do tumulto político e dedicada a suas tarefas regulamentares, manifestando uma atitude de serena neutralidade.

Alunos e instrutores procuravam, nestes dias, o Gabinete do Comando para obter uma definição e manifestar seus pontos de vista. Recebiam do Comandante conselhos de tranquilidade e confiança.

A transferência inopinada de três instrutores para guarnições afastadas, sem qualquer consulta ou anuência do comandante, gerou, entretanto, por parte do General Castello séria divergência com o Ministro da Guerra, atitude que valeu ao Comandante da ECEME a sua exoneração e o temporário ostracismo.

Castello Branco deixou a Escola de Comando e Estado-Maior cercado pela admiração e solidariedade

dos instrutores e alunos. Afastou-se contrariado, mas deixou na Escola o eco de suas lições como instrutor e chefe, suas palavras repletas de ensinamentos, a sombra de sua personalidade e a realidade de seus empreendimentos.

Os homens passam e a posteridade esquece os seus nomes que o tempo vai apagando imperceptivelmente. Mas a obra fica e as lições se propagam como ondulações que partem de um centro de irradiação.

Castello Branco não se considerava insubstituível. Os cemitérios estão cheios de homens insubstituíveis, costumava dizer ele. Mas, nós, instrutores e alunos que o conhecíamos, sabíamos quão difícil seria conseguir um substituto à altura de Castello Branco.

4. Idéias Sobre a Formação do Oficial

O General Castello Branco deixou grande número de escritos sobre assuntos militares, além de vários volumes de discursos presidenciais.

Seus trabalhos militares são, na maioria, notas resumidas, redigidas para seu uso pessoal nas palestras e conferências proferidas na Escola Superior de Guerra, na ECEME e em vários outros institutos. O acúmulo de tarefas e a forma intensiva de trabalho não lhe permitiam tempo para uma preparação demorada de um texto integral. Muitas das conferências que deixou foram transcritas de gravações, após sua realização.

O General Castello Branco costumava preparar notas sintéticas

dos pontos principais sobre os quais ia discorrer, escrevendo-as em folhas soltas, com letra grande para evitar o uso de óculos. Os quadros murais eram, normalmente, desenhados no mesmo dia da conferência, uma ou duas horas antes, o que obrigava os desenhistas a madrugadas de trabalho.

As apresentações sempre brilhantes não denunciavam, entretanto, para os auditórios, esses aspectos de improvisação, em virtude da admirável facilidade de expressão e da notável experiência de cátedra que Castello Branco possuía.

Lembro-me de um episódio interessante, que demonstra a grande capacidade de instrutor que lhe era indiscutível atributo: foi nesta Escola, durante a sessão de encerramento de um exercício em sala de operações anfíbias. O auditório estava repleto, inclusive com a presença de visitantes e oficiais da Marinha. No momento da apresentação final, o instrutor, que há longo tempo preparara essa exposição, ficou na tribuna pálido e nervoso, sofrendo uma inesperada e terrível inibição. Inteiramente perplexo, cristalizou-se diante da assistência expectante e não conseguiu articular uma única palavra. Castello Branco levantou-se calmamente e, como tivesse sido adrede planejado, assumiu a tribuna e realizou pessoalmente a exposição de encerramento, de uma forma tão adequada e notável que apagou por completo a desagradável impressão do incidente.

Castello Branco não era seguramente um modelo de método de

trabalho. Ele sobrepunha o tirocínio à minuciosidade. Sua bagagem cultural preenchia as lacunas de organização. Sua inteligência privilegiada e sensível e a sua vivência militar, na paz e na guerra, asseguravam-lhe o sucesso em qualquer intervenção.

A Escola de Comando e Estado-Maior realizou um trabalho paciente de coleta, estudo e sistematização dos documentos deixados por Castello Branco, publicando um precioso volume sobre o pensamento militar do grande chefe. Alguns textos tiveram de ser montados na base de notas esparsas. Mas, o livro constitui um repositório de profundos ensinamentos, onde os oficiais de estado-maior poderão colher uma orientação abalizada sobre questões de alto interesse militar.

O General Castello Branco, tanto por suas atitudes, como pelo exemplo pessoal, era um defensor intransigente da mentalidade profissional do militar, enaltecendo a integral dedicação ao serviço das armas, o primado da profissão, como chamava. Por ironia, as contingências da vida nacional conduziram-no, ao fim de sua carreira, a um posto político. Mas, em toda a sua vida militar, foi ele um adversário da intromissão dos militares na política, sem que isto significasse um alheamento em relação aos grandes problemas do País. Ele era um soldado, na expressão integral do termo. O seu interesse pelos problemas nacionais está claro em suas palavras, quando escreve: "O homem que serve nas fileiras e se transforma em combatente não é

um desgarrado da sua gente e de sua terra. Depende do espírito nacional e do lugar de onde veio”.

A atração pelas posições civis era, em sua opinião, uma aberração do espírito militar. “Existe”, dizia ele, “em muitos a incompreensão do que deve fazer um profissional, da importância de sua ação na segurança nacional e do tirocínio que só pode ser adquirido no trabalho privativo da carreira das armas”.

Em certa ocasião, Castello Branco declarou: “Vários oficiais sentem a tentação pelos cargos públicos civis. O que sobreleva é a timosia do oficial em fazer uma carreira civil paralela a uma carreira militar. Não se pode invalidar o direito do oficial de ser candidato a qualquer cargo eletivo. O que não é admissível é considerar as atividades civis como serviço militar”.

A Revolução de 1964, através da Constituição de 1967, deu solução adequada a essa anomalia a que se referia o General.

A preparação moral e profissional dos oficiais e, de um modo geral, dos militares, foi sempre uma preocupação do General Castello Branco e ele a manifesta em vários depoimentos. Tinha assistido, na realidade da guerra, a suprema importância do adestramento militar. Presenciara os problemas que as deficiências pessoais acarretavam no duro confronto do combate, representando prejuízos morais e materiais irreparáveis. Grandes desastres são, por vezes, o resultado de pequenas falhas humanas e, não raramente, de apenas uma pequena falha humana.

A guerra põe em prova brutal a condição física e mental do soldado. Na opinião do Gen Castello Branco, quando a FEB chegou ao Teatro de Operações da Itália, nossos soldados ainda não estavam suficientemente preparados para as necessidades da guerra que lá se desenvolvia. Isso deve ter custado à Divisão situações de incerteza e vidas humanas. Castello Branco nos conta que, em pleno combate, os expedicionários brasileiros tiveram que aprender e reagir. “Em plena luta”, disse ele, “a FEB restabeleceu-se e marchou para a vitória”. Qual o segredo dessa transformação? Instrução, disciplina e compreensão da realidade. Mas, se a guerra é mestra infalível que não perdoa o descaso, não há dúvida que o adestramento militar dedicado e eficiente, em tempo de paz, é a melhor forma de garantir o sucesso em qualquer emergência.

As forças morais são essenciais para que o soldado possa enfrentar as contingências do combate. “O moral”, diz Castello, “é a força que mantém a dignidade humana”. Nos regimes democráticos, baseados na liberdade e na consciência do dever, essa força assume extraordinária relevância. É o predomínio espiritual que se fundamenta na confiança do indivíduo em sua causa, em seus chefes e em si próprio.

As componentes das forças morais são a solidariedade entre os combatentes, a coesão das forças militares e a confiança, tudo isso servido por um alto grau de instrução individual e coletiva.

O oficial em um regime demo-

crático deve ser um homem altamente consciente de sua competência profissional. Deve ter imaginação e flexibilidade para perceber a realidade em uma multiplicidade de situações e saber enfrentá-las adequadamente.

A mecanização de atitudes, a padronização de reações são contraproducentes e, em geral, mal sucedidas. "O combate", escreve Castello Branco, "tendo por base o homem, não pode ser esquemático. Na arte da guerra, um processo não tem o valor de uma regra geral, ou de um princípio, nem uma verdade relativa toma a feição de uma verdade absoluta. O dogmatismo militar é um recurso desastroso que desconhece o pensamento e a vontade, as forças que concebem e decidem. Onde ele impera, não tardará o advento irremediável da decadência da arte da guerra. A crítica e o ensino devem admitir a evolução da Tática. Ao lado de regras que caducam, há outras que se renovam, devido à evolução do armamento, da organização e da tática".

Castello Branco era assim um adversário das situações esquemáticas que, muitas vezes, são usadas para ilustrar o ensino das escolas militares. Ele conta que, certa vez, um oficial de estado-maior, na guerra, tirou da gaveta um tema de Leavenworth para associá-lo a uma situação de combate, existente na ocasião, e propor uma decisão baseada naquela que foi adotada pela escola de estado-maior norte-americana.

É preciso, entretanto, considerar o reverso. Nem sempre uma so-

lução adotada em uma situação de guerra pode servir de modelo para a solução de um problema escolar.

O pensamento do ilustre chefe e a lição que pode servir à meditação dos oficiais de estado-maior, mostram-nos que mais vale o exercício do raciocínio e a flexibilidade mental que se adentra na Escola, do que a volumosa bagagem de dados, esquemas e mementos que se acumula nos anos do Curso, porque as situações militares, na paz e na guerra, desconhecem e, algumas vezes desmentem as regras clássicas, uma vez que o inimigo, como nós, tem vontade de vencer e, para isso, pode deixar de cumprir os procedimentos previstos.

Castello Branco estudou profundamente os ensinamentos da participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial. Confrontou nossa mentalidade, nossas qualidades e limitações com as de militares de outras nações, com os quais conviveu, verificou similaridades e dissemelhanças, extraiu conclusões inteligentes e coerentes. Ninguém como ele, talvez, tenha tido tão boa oportunidade e tanta autoridade para tal comparação e para dela extrair ensinamentos capazes de orientar a elaboração de uma doutrina militar genuinamente brasileira, apta a proporcionar a maior eficiência na formação profissional de nossos oficiais e de nossa tropa em face das condições da guerra moderna.

Um fato enconstrado nas manifestações de seu pensamento, desmentindo as tendências militaristas que, muitas vezes, a crítica tendiosa quer atribuir aos militares brasileiros, é a confiança e a cren-

ça na base democrática que sempre conduziu a formação e a evolução de nossa sociedade e que repercutem inelutavelmente nas Forças Armadas de nosso País.

“A nossa ideologia”, declara Castello Branco, “deve ser assentada na liberdade humana, na preponderância da dignidade do homem, na ausência do meio entre cidadãos e perante o poder. A escravidão não pertence a seus adeptos e quem está e estiver na direção do Estado não tem o direito de bitolar as opiniões e a atitude do povo. A nossa ideologia pugna pela independência dos povos contra os imperialismos e contra as ditaduras internacionais.”

O comunismo é o pior veículo de deterioração dessa ideologia, explorando sentimentos inocentes da massa popular. Os seus caminhos conduzem, infalivelmente, à opressão. A sua infiltração nas Forças Armadas é um grande perigo, porque as torna vulneráveis à criação de uma mentalidade cega de apoio às forças destrutivas e dominadoras. Castello Branco julgava, entretanto, que, no meio militar, não se poderia enfrentar essa ameaça, apenas na base da propaganda. Ele considerava que a instrução, o enquadramento, o comando dinâmico, a autoridade e o respeito democrático eram mais eficazes do que a simples doutrinação verbal. Esses elementos dão às Forças Armadas o vigor e a confiança que naturalmente se opõem à corrosão ideológica, tornando-as o maior fator de contenção da infiltração comunista e uma garantia

da evolução nacional em um clima democrático.

A formação moral e profissional dos oficiais e, particularmente os de estado-maior, asseguram às Forças Armadas os atributos primordiais para as colocarem na altura de suas responsabilidades na segurança nacional e na garantia dos poderes legais. Por essa razão, a Escola de Comando e Estado-Maior não é apenas um estabelecimento de ensino militar de alto nível, ela é uma verdadeira matriz da mentalidade militar essencial à segurança e ao progresso do País.

5. Ideais Sobre a Doutrina Militar Brasileira

Os grandes esteios da sólida cultura militar de Castello Branco, que davam a suas aulas uma substância excepcional, eram os seus grandes conhecimentos da História Militar e a sua experiência de guerra, de cujos episódios costumava tirar oportunas conclusões.

A História Militar, particularmente a brasileira, não era para ele um manual de receitas táticas e estratégicas, mas sim, uma base de fatos concretos para a formulação de princípios capazes de nortear a conduta da guerra e de encaminhar a previsão de reações das forças amigas e inimigas no combate.

Esses conhecimentos permitiram a Castello Branco manifestar-se com objetividade sobre a doutrina militar brasileira em várias conferências, nas quais preconizava a observância de princípios básicos, como sejam: o princípio do

objetivo, da ofensiva, da economia de forças, da segurança e da disciplina intelectual.

A necessidade de consolidação dessa doutrina militar brasileira não deve ser encarada como uma manifestação nacionalista, mas, como a interpretação dos princípios de guerra consoante à mentalidade nacional, com reflexos, na organização, no emprego e na instrução das Forças Armadas.

Castello Branco combatia o hábito tradicional de simples importação de doutrinas e idéias militares de outras nações, consubstanciadas na tradução integral de regulamentos, sem o cuidado de avaliar e experimentar a aplicação dessas normas no âmbito das Forças Armadas nacionais.

Ele achava que devíamos estar preparados tanto para uma guerra continental, quanto para uma guerra extracontinental. No programa de ensino que adotou na ECEME, encarava, além das operações clássicas da ofensiva e da defensiva, um tipo especial de operações de grande rapidez e mobilidade, comportando variadas atitudes, em largos espaços e com amplos deslocamentos. Os temas, para esses estudos, eram intitulados de "operações diversas". Focalizavam as manobras que Castello Branco denominava "em raza campanha", expressão que ficou célebre entre os alunos, submetidos a problemas táticos que exigiam muita flexibilidade e audácia.

Castello Branco considerava que a eficiência operacional das Forças Armadas, para atender à multiplicidade de suas missões, estava a

exigir uma revisão estrutural de vulto. Dizia ele a propósito: "A organização atual do Exército não está à altura da época e, sobretudo, das necessidades da evolução. É essencialmente departamental com o derivativo generalizado das funções burocráticas. Nele não domina o sentido de que se deve, principalmente, ativar um instrumento bélico. Permite, ao contrário, a rotina e o conservantismo."

Referindo-se à conjuntura militar dos anos que precederam imediatamente à Revolução de 1964, Castello Branco condenava dois males que se opunham ao imperativo da profissionalização modernizadora das Forças Armadas, quais sejam: a mentalidade milicianiana e a mentalidade pretoriana.

O milicianismo é o envolvimento indevido das Forças Armadas nos problemas de política regional. Embora concordando que os militares, especialmente nos mais altos postos, devessem estar atentos à política nacional, Castello dizia que era preciso dominar a corrupção e vitalizar os comandos através da confiança profissional e não, do prestígio político-partidário. Política partidária e profissionalismo militar são duas coisas antagônicas.

A mentalidade pretoriana, por sua vez, um dos males a combater, é a cobertura muitas vezes exigida das Forças Armadas para governos e administrações viciadas ou ilegítimas.

Castello Branco reconhecia, porém, que esses males afetavam apenas a uma parte restrita das Forças Armadas. O Exército tinha, em sua opinião, um cerne vigoroso e

incontaminado que era capaz de vitalizar a recuperação que se impunha.

Mas, uma série de fatores exigia a revisão estrutural das Forças Armadas. Castello Branco tinha a impressão de que todas as tentativas parciais de reorganização, promovidas até então, só tinham feito agravar o atraso da reorganização de conjunto. E preconizava, além da reestruturação da Marinha e da Aeronáutica, um Exército com excelentes unidades de fronteira, uma tropa aeroterrestre robusta, unidades flexíveis e leves, aptas ao transporte aéreo, e atrás de tudo isso, uma logística adaptada a esses elementos e ao padrão de vida nacional.

E explicava o que entendia por Forças Armadas democráticas; devem ser Forças Armadas que atendam às hipóteses de guerra, mantenham a unidade do País e as instituições. Devem ser nacionais, e não, afeiçoadas a qualquer governo estadual. Devem ser voltadas para o treinamento e ao planejamento, e, assim, aptas a cumprir as suas missões operacionais. Devem ser integradas na mentalidade do povo e possuídas das necessidades dos Objetivos Nacionais. Devem ter oficiais instruídos, disciplinados, com a faculdade de individualmente possuir a sua opinião própria, dentro da ordem política e militar da Nação, compatível com a sua fidelidade militar. Devem ter chefes com autoridade e capacidade, inclusive para respeitar as opiniões legítimas de seus subordinados. Não devem ter ele-

mentos que desfrutam de privilégios em relação aos civis. Devem ter elementos capazes de opinar sobre assuntos que envolvam a Segurança Nacional. Devem possuir coesão profissional e moral para merecer o acatamento do meio civil e para a sua própria eficiência.

Ao lado de suas idéias muito esclarecidas sobre a organização de nossas forças militares, Castello Branco apresentou várias considerações sobre a Doutrina Militar brasileira, colocando-a, não apenas como resultante de tendências tradicionais de nossa mentalidade castrense, mas, como uma forma indispensável de orientação para a evolução e atualização das Forças Armadas no preparo e no desempenho de suas missões no quadro complexo da guerra moderna em seus variadíssimos aspectos.

O problema da Guerra Revolucionária era inicialmente encarado por Castello Branco com relativa discrição. Ele não estava convencido de sua periculosidade, confiante na reduzida contaminação comunista em nossas Forças Armadas. Concordava, todavia, com a inclusão de seu estudo na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e na Escola de Comando e Estado-Maior.

Castello Branco julgava que a Guerra Revolucionária era maior ameaça para os regimes fracos do que para os sistemas democráticos, já que estes, por sua essência, repelem naturalmente as soluções anunciadas pela propaganda comunista. Apoiava a doutrina que preconiza-

va ser preferível combater as causas das deteriorações da democracia do que atacar diretamente a subversão.

A ameaça da Guerra Revolucionária, dizia ele, está na história e no futuro do comunismo. Entre nós, está na fase do solapamento da nossa coesão interna, de infiltração muito lenta e muito limitada nas Forças Armadas.

O desenvolvimento do espírito militar era o meio mais vigoroso contra as idéias dissociadoras. A instrução, além de tornar a disciplina mais consciente, contribui para a coesão, eliminando a ação divisionista das forças partidárias.

Os acontecimentos, na época que precedeu à Revolução de 1964, deram a Castello Branco uma visão mais realista e menos tranqüila sobre o perigo comunista e ele evoluiu, de certo modo, em sua conceituação de tal ameaça. No discurso que pronunciou em 1965, por ocasião da Segunda Conferência Interamericana Extraordinária do Rio de Janeiro, declarou: "O Sistema Interamericano foi concebido em uma época em que o perigo principal era, internamente, as guerras de fronteira e, externamente, a agressão armada extracontinental. Hoje em dia, confrontamos formas muito mais sutis de agressão, por meio da infiltração e subversão. Ainda não desapareceu o imperialismo político e econômico e já surge o novo espectro do imperialismo ideológico, que, com freqüência, nos leva a confundir a autodeterminação de um partido com a autodeterminação de um povo. A não ser que adaptemos a

teoria e a prática do Sistema Interamericano às realidades atuais, corremos o risco de nos mantermos alertas contra um inimigo obsoleto e indefeso, ao invés de nos mantermos alertas contra o verdadeiro inimigo.

Os argumentos notáveis que encontramos nos estudos de Castello Branco sobre a estrutura das Forças Armadas e sobre a elaboração de uma Doutrina Militar brasileira não perderam a atualidade, mesmo após tantos anos, porque são a expressão de necessidades constantes da evolução material e doutrinária da arte da guerra. São conceitos que devem servir à meditação dos chefes das Forças Armadas e a seu empenho para a modernização e adequação dessas forças diante das exigências extremamente mutáveis e onerosas de suas missões na Segurança Nacional.

6. Projeção da Personalidade de Castello Branco

Em nossa carreira militar, sempre temos ocasião de servir com chefes cujo tirocínio, e cuja conduta constituem verdadeiros símbolos. O traço comum desses líderes militares é a fidelidade no cumprimento de suas missões, a devoção a seus misteres e a notável aptidão para enfrentar as situações mais adversas com firmeza e resolução. Denotam uma sensibilidade superior para a compreensão nítida dos problemas gerais e particulares que contantemente são levados a enfrentar.

As atitudes e as reações desses líderes podem ser muito diversas; mas, nunca deixam de manifestar

uma energia, uma vontade que chega, às vezes, às ráias da obstinação.

Castello Branco foi um desses homens. Nas várias funções que exerceu, com reconhecida proficiência, a sua personalidade se expandia como um clarão, iluminando novos caminhos, criando novas idéias, em uma mensagem otimista de renovação.

O sucesso com que se houve em seus encargos, principalmente na Escola de Comando e Estado-Maior, na Diretoria do Ensino do Exército, na Escola Superior de Guerra e no Estado-Maior do Exército, permitiu-lhe a oportunidade para disseminar conhecimentos, impondo, por sua competência, a sua autoridade e merecendo a irrestrita confiança de seus subordinados, fato importante naquela fase de agitação que envolveu todo o País.

Somente o sentimento de amor à instituição e a indeclinável consciência de suas responsabilidades, levaram-no como Chefe do Estado-Maior do Exército, ao constatar o deterioramento do regime e da coesão das Forças Armadas, a emitir uma nota circular que se espalhou por todo o Exército, denunciando a situação nacional que se tornava crítica e incontornável. A emissão desse comento foi uma atitude corajosa, na qual se presenteia, conquanto limitada pelas imposições da disciplina militar, a indisfarçável aversão pelo rumo da política nacional e pela conduta do Governo, tergiversante, desautorado e pactuante com a subversão.

“Os meios militares”, dizia Castello Branco nessa circular, “não são propriamente para defender programas de governo, muito menos a sua propaganda, mas para garantir os poderes constitucionais e a aplicação da lei.” “Não sendo malícia, as Forças Armadas não são armas para empreendimentos antidemocráticos. Destinam-se a garantir os poderes constitucionais e sua coexistência.”

Esse pronunciamento, de grande repercussão nos meios militares e políticos, deve ter sido considerado como audaciosa impertinência por um Governo que anunciava a falência da Constituição, planejava o fechamento do Congresso e marchava para uma solução socialista, tendo à frente comunistas, demagogos e pelegos, irmanados na chamada Frente Popular. Mas, não teve força suficiente para exonerar o Chefe do Estado-Maior que levantava tal advertência, esse Governo, temeroso da reação militar que procurou mais tarde anestesiar na infausta comemoração do Automóvel Clube.

O crédito de liderança, adquirido por Castello Branco, durante toda a sua vida militar e em clara emergência nesses dias sombrios de março de 1964, foi tão decisivo que seu nome se impôs, desencadeada a Revolução, como a solução incontestável para a Chefia Suprema da Nação.

Extremamente dedicado às atividades profissionais, jamais cogitara Castello Branco de qualquer ingerência política e, muito menos, em tão elevada investidura.

No desempenho da Presidência da República, Castello Branco deu prosseguimento a suas idéias, procurando assegurar a coesão das Forças Armadas e aumentar a sua eficiência operativa. Foi um chefe-de-estado democrata, desambicioso e produtivo.

Acreditamos que, não fora o seu lamentável e prematuro desaparecimento, mesmo após ter deixado a Presidência da República, a autoridade moral e a experiência política e profissional de Castello Branco, ainda muito poderia influenciar em benefício das Forças Armadas e da Nação.

Meus Senhores:

Na oportunidade com que me honrastes de vos falar, como antigo e simples companheiro, para exaltar a figura de um dos mais ilustres nomes do Exército, desejaria apenas ter retratado a imagem do Marechal Castello Branco com o conceito e a significação que ele merece por sua vida militar e pelos trabalhos que realizou.

Resta-me agora, inspirado na figura desse líder, lembrar-vos um precioso ensinamento que ele nos deixou.

Não vos iludais quanto à constante mutabilidade da ciência militar. À exceção dos valores morais que aqui se robustecem e da flexibilidade mental que aqui se adentra, tudo o que aprendeis e praticais nestas salas não tem ilimitada duração. Tudo evolui: O oficial de estado-maior tem de manter uma atitude permanente de investigação, um perene esforço de renovação. É preciso conhecer a realidade de mutável e assegurar a validade dos conhecimentos profissionais.

Castello Branco foi um chefe sempre voltado para o contínuo aperfeiçoamento militar. Jamais se conformou com a rotina, nem se enclausurou na torre de marfim das conveniências pessoais. A sua personalidade se projetou pela atualidade e pelo vigor de suas idéias e de seus ideais. Foi um vulto de que se orgulha o Exército e que merece o reconhecimento imperecível de nossa Pátria.



O General-de-Brigada R/1 Ferdinando de Carvalho, formado pela Escola Militar do Realengo, fez uma carreira brilhante no Exército, quer pelos altos cursos que realizou (Comando e Estado-Maior do Exército, Comando e Estado-Maior do Exército, Comando e Estado-Maior do Exército dos EUA, Estado-Maior das Forças Armadas e Superior de Guerra), quer pelas funções exercidas (instrutor da ECEME, membro do Grupo Permanente da Escola Superior de Guerra, membro da Junta Americana de Defesa, Diretor de Processamento de Dados do Exército, Comandante da Artilharia Divisionária da 6ª DE, e Diretor de Administração Financeira). Conferencista e escritor, é autor dos livros "O Comunismo no Brasil", "Os Sete Matizes do Vermelho", "Os Sete Matizes do Rosa" e "O Arraial".